

A PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS TEORIAS FEMINISTAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Bruna Dias Pithan¹

RESUMO

O presente artigo possui o objetivo de entender como se deu a recepção e adaptação da teoria feminista das relações internacionais no contexto brasileiro, pautando-se, principalmente, na pergunta de pesquisa “as produções brasileiras deste tema são originais e retratam a realidade da luta feminista no Brasil, ou podem ser consideradas uma importação de pensamentos de outras realidades?”. Serão estudadas e analisadas as produções bibliográficas da teoria feminista das relações internacionais a partir dos anos 1980, a mérito internacional, e será criado um paralelo com os estudos brasileiros de mesmo enfoque, iniciados em meados dos anos 2000.

Palavras-chave: feminismo; Brasil; teoria feminista das relações internacionais.

ABSTRACT

This article aims to understand how the reception and adaptation of the feminist theory of international relations in the Brazilian context took place, based mainly on the research question “Brazilian productions on this topic are original and portray the reality of the feminist struggle in Brazil, or can they be considered an import of thoughts from other realities?”. The bibliographic productions of the feminist theory of international relations from the 1980s onwards, with international merit, will be studied and analyzed, and a parallel will be created with the Brazilian studies of the same focus, initiated in the mid-2000s.

Key words: feminism; Brazil; feminist theories of international relations

1 INTRODUÇÃO

Ao entender o terceiro debate das relações internacionais como, resumidamente, uma discussão ganhou força em meados da década de 1980, é importante entender que ele incluía diversas perspectivas pós-positivistas que estariam dispostas a dialogar entre si e com o universo teórico positivista. Além disso, existe uma proposta construtivista, ou seja, de ser a terceira via do terceiro debate, criando uma via média entre o positivismo e o radicalismo pós-positivista (SARFATI, 2011), assim, o feminismo se encaixaria nesse momento. Logo, se pensa na inclusão de elementos sociais e da perspectiva de gênero como categoria de análise em produções de relações internacionais, entendido como uma forma mais completa, e de possível maior acurácia, de estudar as relações internacionais.

Dessa forma, as teorias feministas das relações internacionais tentam descrever as causas das opressões às mulheres e removê-las, sendo, então, centradas nas formas de poder dos homens sobre as mulheres (TICKNER, 1997). Essas formas de poder podem ser descritas pelo patriarcado e pelas teorias

¹ Discente do Curso de Relações Internacionais da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão II, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo Feddersen. E-mail: gustavo.feddersen@unilasalle.edu.com.br. Data de entrega: 20, Jun, 2022.

mainstream que derivam dessa forma de sociedade, dois conceitos que são abordados em maiores detalhes ao decorrer dessa produção. Logo, é possível observar correntes de pensamento que se montaram, à medida que entramos no século XXI, com objetivos comuns da inclusão da mulher, bem como das perspectivas de gênero, de maneira aprofundada e abrangente nos estudos de Relações Internacionais.

Esses debates se iniciaram nos Estados Unidos, assim, as primeiras mulheres a tratarem isso nas relações internacionais foram norte-americanas, ou seja, possuíam uma visão bastante focada no norte global e em problemáticas de uma especificidade geográfica. Moldaram sua narrativa feminista conforme a sua realidade, a de um país que estava em pleno crescimento socioeconômico, uma hegemonia no sistema internacional. Essa perspectiva não está errada, o objetivo deste trabalho não é questionar a realidade a vivência destas mulheres, mas sim analisar como essas perspectivas poderiam se encaixar, ou auxiliar, as mulheres que estavam travando suas lutas e desenvolvendo uma linha de pensamento em locais de realidades ligeiramente diferentes desta.

Ao entender o contexto da América Latina, mais especificamente do Brasil, é importante notar que esses debates ganharam força e tomaram forma no país apenas em meados dos anos 2000, quando já existiam teorias feministas das relações internacionais que pudessem embasar essas discussões. As discussões sobre as teorias feministas de relações internacionais se dão em uma perspectiva além daquela conhecida pelo norte global, sendo assim, se encontram muitos discursos que dialogam com teorias marxistas e decoloniais. O presente artigo tem o objetivo de estudar, através de uma análise bibliográfica das produções brasileiras encontradas, quais são as maiores correntes do pensamento feminista das relações internacionais no país e, assim, entender se podem ser considerados importações dos trabalhos internacionais, ou se constroem uma narrativa própria. O trabalho é constituído por meio de pesquisa em bibliotecas e repositórios públicos, observando as diferentes criações bibliográficas tanto estrangeiras quanto nacionais referentes ao assunto do artigo.

Será possível observar, na primeira sessão deste trabalho, uma análise das origens das teorias feministas internacionais, dando ênfase a uma perspectiva internacional da matéria. Serão instruídos conceitos desses estudos, para auxiliar na melhor compreensão das discussões que serão abordadas na próxima sessão. Por fim, no segundo espaço de desenvolvimento deste artigo, serão descritas as formas de adaptação das teorias feministas internacionais para a lógica brasileira, entendendo a realidade diferenciada em que estão inseridas as pesquisadoras deste país sul-americano.

2 TEORIAS FEMINISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ORIGENS E PRIMEIROS PENSAMENTOS

A teoria feminista entrou no campo das relações internacionais em meados de 1980, e está alocada no que conhecemos como o terceiro debate deste campo de estudos. Assim, está inserida no escopo das teorias reflexivistas das relações internacionais, ou seja, não trabalha diretamente com a escolha racional na explicação de fenômenos sociais e do sistema internacional, mas entende que indivíduos afetam e são afetados diretamente pelos conflitos existentes no SI, dando uma ênfase à participação do próprio estudioso, como indivíduo, no contexto social em que está inserido.

Em se tratando da teoria feminista de relações internacionais, é possível observar seu início com algumas discussões base, como a falta do indivíduo feminino sendo utilizado como esfera de análise nas teorias das relações internacionais. Nesse contexto, Ann Tickner, uma cientista política e professora universitária dos Estados Unidos, escreveu em 1997 seu artigo “You Just Don’t Understand”, o qual discorre sobre os objetivos, os desafios e as preocupações das teorias feministas das relações internacionais, trazendo um debate abrangente, mas, em simultâneo, com diversas problemáticas pontuais. Ao iniciar sua escrita a autora afirma que, ao se encontrar em locais de fala sobre essas teorias, ela percebe que as audiências que a escutam raramente engajam em assuntos relativos à crítica feminista às relações internacionais, e muitos ainda afirmam que essas questões não são compatíveis com a prática de política internacional, e essa negação da necessidade de incluir gênero nas análises por parte de estudiosos de outras áreas das relações internacionais também já foi trazida por outras autoras desse campo.

Dessa forma, é possível observar que tanto as feministas quanto outros estudiosos das relações internacionais possuem visões diferentes sobre um mesmo assunto, ou seja, conseguem abordar e analisar sob diferentes perspectivas as dinâmicas do sistema internacional. Além disso, utilizam de diferentes epistemologias quando querem teorizar sobre relações internacionais, com as feministas, por exemplo, baseando-se nas diferenças de gênero socialmente construídas para elaborar seus pensamentos e embasar a construção de uma teoria feminista das relações internacionais. Tickner aponta, dessa forma, que existem algumas razões para as quais ocorrem erros de comunicação entre as duas partes, mais especificamente quando feministas tentam explicar sua visão de um assunto de relações internacionais para estudiosos não-feministas.

Primeiramente, entende-se que a tentativa dos teóricos de outras linhas de estudo, como behavioristas, realistas e liberais, de neutralizar o gênero, ou seja, quando não reconhecem essas desigualdades, acaba exatamente mascarando esses problemas de machismo enraizado na sociedade. Assim, é importante levar em consideração que as estruturas dos Estados são desiguais. Dessa forma, o sistema internacional e suas relações internas também são desiguais, principalmente em se tratando de questões de gênero (TICKNER, 1997).

Outra forma de visualizar este problema, a qual também incitou o afastamento do feminismo das outras correntes de pensamento, seria a de que pensadores realistas das relações internacionais possuem um foco exacerbado em conflitos. Autoras como Ann Tickner, então, citam explicitamente Hans Morgenthau² quando explicam que tentaram se afastar da visão cheia de discurso moral da *realpolitik*³ internacional, em função do nacionalismo alemão. Logo, teria sido exatamente essa visão do realismo, a qual vai de encontro com as visões feministas, que provocou muitos dos mal entendidos neste meio.

Dentro desta teoria existem diversas divisões de análise para com os diferentes focos das relações internacionais. Assim, em se tratando da economia política internacional, observa-se que esta matéria ainda não leva em conta a questão de

² Hans Morgenthau (1904-1980) é um teórico das relações internacionais, notoriamente conhecido pelos seus trabalhos no desenvolvimento da teoria realista. Nasceu na Alemanha, mas logo mudou-se para os Estados Unidos e focou seus trabalhos nesse país, foi professor universitário e publicou diversas obras referentes aos seus pensamentos, contribuindo para o desenvolvimento das relações internacionais.

³ “Realpolitik-conceito trazido pela unificação da Alemanha, desenvolve um estudo de política externa baseado em cálculos de poder e interesse nacional” (KISSINGER, 1994).

gênero como categoria de análise, logo, ainda precisa lutar contra o *mainstream* — ou *malestream*⁴. Além disso, muitas pessoas ainda têm dificuldades para entender o que seria incluir a perspectiva de gênero nesses estudos, muitos apenas adicionam as mulheres às análises já existentes, ou apenas mencionam a existência de mulheres, sem necessariamente desenvolver um estudo que as incluam como categoria de análise (WAYLEN, 2006). Desse modo, é possível inferir que ainda possui uma distância muito grande entre essas duas visões de análise, ou seja, entre aqueles teóricos que desenvolvem estudos de economia política internacional, e as feministas que tentam incluir o gênero também como embasamento teórico para o desenvolvimento de programas, teorias e estudos mais completos.

É importante lembrar que os conflitos existentes entre as feministas e outros teóricos das relações internacionais não ocorrem apenas com os realistas, é possível observar críticas e desentendimentos entre behavioristas, neo-realistas, liberais, dentre outras correntes de pensamento das relações internacionais. Para entender esses conflitos, primeiramente, é importante lembrar que o realismo e o neo-realismo estão centrados no poder do Estado, o tendo como principal ator no sistema internacional, nesse sentido, não enfatiza o poder do indivíduo em si; as feministas discutem, entretanto, que não só esse papel do Estado é superestimado, como também é ignorado o fato de que indivíduos são partes constitutivas desses atores, assim como constroem socialmente valores e visões de mundo, como o patriarcado⁵, os quais estabelecem o funcionamento do sistema e da política internacional, ou seja, as feministas defendem que é necessário incluir o indivíduo nessa perspectiva do Estado como ator central.

Em se tratando do liberalismo e do neoliberalismo, as feministas, como Georgina Waylen, criticam as desigualdades econômicas provenientes do livre comércio, ou seja, o fato de que mulheres não participam de forma igual na economia e são afetadas de forma desproporcional por tais desigualdades. Também afirmam que falta uma iniciativa das instituições internacionais, ao não tratar de oferecer maior empoderamento e reconhecimento tanto econômico quanto social para as mulheres, novamente, entendendo o sistema internacional como enraizado no patriarcado.

A principal crítica feminista ao behaviorismo, por sua vez, é exatamente o fato de ser uma corrente que tenta quantificar, por métricas comumente utilizadas pelas ciências exatas, a política e as interações internacionais. Para as feministas essa não seria a melhor forma de abranger essas discussões, entendendo que, primeiramente, o gênero deve ser uma categoria de análise não neutra, assim como entendem que essas interações não são passíveis de métricas fechadas, ou seja, afirmam que essa tentativa limita a real compreensão dos fatos e de outros fatores líquidos⁶ do sistema internacional.

Esses desentendimentos ocorrem, em primeira instância, exatamente porque muitos destes modelos citados tentaram adaptar métodos científicos das ciências naturais, exatamente para receber alguma forma de respeito e reconhecimento da

⁴ De acordo com a autora Ann Tickner (1997), é possível localizar o conceito de *malestream*, análogo ao *mainstream*, porém com um foco conceitual na masculinidade hegemônica que perpetua o funcionamento dos estudos nas relações internacionais.

⁵ O patriarcado pode ser definido como um sistema de práticas e estruturas sociais nas quais os homens dominam, oprimem e exploram mulheres (WALBY, 1989). (tradução livre)

⁶ O sociólogo polonês Zygmunt Bauman introduziu o termo “modernidade líquida”, o qual descreve as transições e transformações pelas quais passaram a sociedade moderna. A utilização do estado de liquefação é uma metáfora, a qual foi adaptada por diversas matérias contemporâneas para reproduzir a ideia de que algo não é sólido, imutável e inabalável, mas sim que este algo que se descreve possui propriedades fluidas, podendo modificar-se ou ser modificado, possuindo uma volatilidade.

comunidade científica (TICKNER, 1997). Essa abordagem, entretanto, vai ao encontro do que pregam as feministas, entendendo que, ao construírem suas abordagens para a teoria internacional, as feministas buscam se basear em uma variedade de tradições filosóficas, assim como trabalhos literários, fora das relações internacionais e da ciência política, o que é contrário às bases as quais a maioria dos estudiosos de relações internacionais são treinados. Logo, enquanto as feministas de RI estão buscando uma forma de conhecimento genuíno, que possa ajudá-las a entender melhor as questões com que estão preocupadas, o treinamento de RI que elas recebem raramente inclui o estudo dessa maneira (TICKNER, 1997).

As feministas discutem, principalmente, sobre a evidente necessidade da inclusão do gênero como categoria de análise dos estudos das Relações Internacionais (RIs), ou seja, sobre o exercício mental de desconstrução de padrões predefinidos, da necessidade de entender que as bases da sociedade, desde os produtos que escolhemos comprar, até os locais que escolhemos para viajar em férias, são produtos de definições preestabelecidas, as quais são construídas pela masculinidade, ou seja, não conseguem abraçar as mulheres, de diversos contextos sociais, da forma que deveriam (ENLOE, 2000). Dessa forma, também somos incitados por essa abordagem a entender sobre como os próprios padrões de feminilidade e masculinidade são socialmente construídos, e não aspectos naturais e imutáveis.

Outra questão bastante recorrente, dentro desse meio de estudos, é a de que mulheres acabam sempre sendo apagadas quando tentam desenvolver marcos teóricos para as relações internacionais, e mesmo quando há um esforço para se colocar mulheres importantes e relevantes para a história, elas acabam sendo reconhecidas exatamente por terem características estereotipicamente masculinas, reforçando, de certa forma, que o feminino não é relevante. É considerado algo natural que mulheres queiram estudar política internacional, sem levar em consideração que a própria política internacional foi criada baseando-se no poder de homens sobre mulheres (ENLOE, 2000).

Essa questão não é exclusiva desse meio, é de extrema importância levar em consideração que as mulheres enfrentam esse apagamento em outras áreas profissionais e de estudo como um todo, mas aqui é preciso observar que sub-atores chave nas relações internacionais, como diplomatas, políticos, empresários e acadêmicos, são em sua maioria homens e construíram uma política internacional baseada nas suas experiências, raramente levando em consideração a vivência feminina (RUIZ, 2004). As teorias feministas possuem o foco exatamente de apontar esses momentos, e argumentar que análises as quais não levam em conta as questões de gênero, ou seja, cerca de 50% da população mundial, estariam incompletas.

Por outro lado, se formos à procura de mulheres que trabalham em “esferas femininas”, como os grupos pacifistas, entende-se que estamos apenas reforçando as diferenças socialmente construídas entre as atividades consideradas apropriadas para as mulheres, ou aquelas para homens; além disso, contribui para a falsa afirmação de que as mulheres são mais pacíficas do que homens, uma afirmação equivocada que enfraquece tanto as mulheres quanto os próprios estudos da paz (TICKNER, 1997). Desse modo, a maioria das feministas está comprometida com o objetivo emancipatório de alcançar uma sociedade justa, o que, para elas, inclui acabar com a opressão das mulheres. Feministas afirmam, nesse íterim, que dicotomias como racional/irracional, fato/valor, universal/particular e público/privado, sobre o qual o conhecimento do Iluminismo ocidental foi construído e que eles veem

como gênero, separam a mente, ou seja, a racionalidade, do corpo, que seria a natureza, portanto, essas dicotomias diminuem a legitimidade das mulheres como conhecedoras, ou dotadas de saber (TICKNER, 1997).

Nesse mesmo escopo, se observa que mulheres foram moldadas para se sentirem bobas, ou irrelevantes, quando criam esses questionamentos mais profundos sobre as esferas de poder que as oprimem (ENLOE, 2000), e esta forma de visualizar a produção feminina — e feminista — para as relações internacionais é bastante prejudicial para a própria evolução da matéria, principalmente em se tratando de desenvolver estudos completos sobre algum assunto. Sendo assim, é questionável a forma irrelevante com que outros teóricos tratam os estudos feministas, visto que estes pretendem incluir em sua metodologia de análise uma massa de indivíduos que representa, de modo geral, praticamente metade da população mundial. Assim, nos estudos feministas se criaram correntes de análise próprias, com diferentes abordagens sobre a inclusão da perspectiva de gênero como categoria de análise nesses estudos.

Existem algumas correntes principais do pensamento feminista nas RIs, sendo elas o feminismo liberal, o radical, o socialista e o decolonial. De forma breve, eles todos possuem a observação comum de que existem assimetrias de gênero na sociedade internacional, assim como na própria construção das identidades do que é masculino e feminino, entretanto, diferem ligeiramente quando tentam trazer explicações e soluções para esses fatos. Assim, todas essas visões dialogam sobre não manter a postura neutra do pesquisador, ou seja, questionar todos os movimentos históricos e sociais que levaram ao patriarcado e ao sistema internacional como conhecemos, principalmente quando se trata de normas de gênero e da posição político-social da mulher — e o que significa ser mulher em um contexto multicultural internacional.

O feminismo liberal pode ser resumido em algumas tentativas de garantir direitos iguais para homens e mulheres, sendo assim, seria possível conseguir uma igualdade à medida que mulheres conseguissem ter o poder de escolha econômica (SYLVESTER, 2004). Esse poder de escolha seria refletido pela remoção de barreiras impostas pelos Estados às mulheres, ou seja, não seria necessário o discurso do poder de gênero se fosse atingido um estágio em que o Estado não produz implicações nas liberdades econômicas das mulheres, as quais poderiam trabalhar da forma de preferirem onde preferirem, adquirindo seus bens e se colocando no mercado de trabalho, de produção e de consumo, como homens também conseguem se colocar. Em suma, se aplicaria os direitos dos homens para as mulheres, de uma perspectiva completamente ocidental sobre o que significam esses direitos construídos pelos homens (ocidentais).

O feminismo radical, no que lhe concerne, é considerado um dos grandes opositores do feminismo liberal, exatamente por questionar os direitos dos homens e os das mulheres, entendendo que o patriarcado é um sistema de opressão que estruturou as instituições e construções sociais nas quais o sistema internacional é embasado. Nessa ótica, entende-se que as mulheres nunca foram excluídas das temáticas de relações internacionais, mas realmente nunca nem mesmo reconhecidas como profissionais desta área a ponto de chegarem a uma exclusão (RUIZ, 2004). Assim, não pretendem que mulheres ascendam aos privilégios atualmente concedidos aos homens, mas sim que haja uma mudança na estrutura do sistema, elevando o feminino a um status acima do masculino, ou seja, entendendo que existe uma sabedoria e uma cultura feminina determinadas por gênero (SYLVESTER, 2004), e que esta experiência universal deve ser a nova ordem social internacional.

A corrente feminista socialista, nesse ínterim, pode ser descrita pela forma crítica de observar o mundo, se despidendo dos conceitos de senso comum e de normas existentes. Assim, se argumenta sobre não existir, nesta análise, uma observância das questões das mulheres per se, mas sim a superestrutura social em sua totalidade, e sobre como o capitalismo é uma totalidade mundial, e a sua formação foi, e ainda é, composta pela subjugação de mulheres perante os homens (EHRENREICH, 2005). Ou seja, essa lente dá um enfoque ao materialismo histórico, mais especificamente sobre como a dominação masculina sobre as mulheres se dá pela força de trabalho, dessa forma, entendem que o capitalismo seria o responsável por essa desigualdade.

O feminismo decolonial é bastante contemporâneo, tendo sido muito explorado, principalmente, na América Latina e em países africanos, assim, compreende as diversas intersecções do feminismo para além do gênero, ou seja, trazendo à luz questões de raça, sexualidade e classe. Se compreende, dessa maneira, os processos constitutivos do capitalismo eurocêntrico, dando ênfase aos aspectos coloniais do desenvolvimento de países que outrora foram colônias, e em como essas características resultaram em desigualdades de gênero com peculiaridades de raça, sexualidade e classe (LUGONES, 2008). É possível entender de forma bastante ampla essa visão quando se observa o trecho de María Lugones (2008, p. 92), em seu artigo "Colonialidad y Género", quando afirma que

entender o lugar do gênero nas sociedades pré colombianas nos encaminha para a compreensão da importância e da magnitude do gênero e a desintegração das relações comunitárias e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivo de tomada de decisões, e das economias.⁷

A própria utilização da artista brasileira Carmen Miranda pelos Estados Unidos, os quais necessitavam de uma representação física e popular das boas relações do país com a América Latina, resultando assim em uma representação feminina sexualizada e feita para homens — brancos e da elite (ENLOE, 1989) é uma forma bastante elucidativa de entender as discussões provocadas pelas feministas decoloniais.

Nesse contexto, existe um questionamento sobre a legitimidade da teoria feminista das relações internacionais em função dessa fragmentação, sendo assim, se questiona ela seria forte e completa o suficiente para ser uma teoria em si mesma ou se serve apenas como complementação para as outras já existentes. Argumenta-se que mesmo com as críticas feitas à teoria liberal de relações internacionais, é possível observar que os objetivos feministas dentro deste meio se alinham com diversas das singularidades dessa abordagem, principalmente quando trata das liberdades individuais, direitos civis e da necessidade de uma visão macro dos atores internacionais, assim como a própria cooperação internacional, a qual se faz necessária para erradicar as desigualdades sofridas pelas mulheres. Contudo, a visão feminista ainda possui outras características e objetivos que a divergem dessa ótica, não podendo ser meramente assimilada como uma subcategoria desta ou de outras.

Em suma, observa-se que as teorias feministas das relações internacionais conseguem apontar e suprir diversas faltas em outras teorias, assim como em si mesmas, além de trazerem novas formas de análise do sistema internacional. Logo,

⁷ Entender el lugar del género en las sociedades precolombinas nos rota el eje de comprensión de la importancia y la magnitud del género en la desintegración de las relaciones comunales e igualitarias, del pensamiento ritual, de la autoridad y el proceso colectivo de toma de decisiones, y de las economías. (LUGONES, 2008, p. 92)

é possível inferir que não só são uma linha de raciocínio em si mesmas, como também complementam diversas partes faltantes de outras óticas, assim, podem auxiliar na criação de novas perspectivas de análise tanto macro quanto locais. Em contrapartida, existem focos de pesquisa em âmbitos domésticos de outros locais no sistema internacional, os quais não foram abordados por essas correntes iniciais. Na próxima sessão, isso será discutido com ênfase nas produções brasileiras sobre feminismo nas relações internacionais.

3 A NARRATIVA BRASILEIRA PARA AS TEORIAS FEMINISTAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Brasil vive uma realidade ligeiramente diferente daqueles países que fundaram, em primeiro momento, as teorias feministas. A vida da mulher brasileira, nesse sentido, não pode ser quantificada de forma simples, não existe uma característica apenas que possa resumir a vivência feminina em um local de cultura tão vasta e abrangente. Quando se fala sobre o Brasil é preciso considerar o histórico escravista, que acompanha até a atualidade o funcionamento socioeconômico local, também é preciso incluir a imigração que formou as diversas regiões culturais e geográficas, assim como a história indígena, do país. São dezenas de povos, todos diferentes entre si, embaralhados — e de certa forma largados — em um mesmo local, porém todos com a mesma identidade brasileira.

“Mas, o que posso eu — mulher branca, trabalhadora, acadêmica, de classe média, bissexual, com filhx, falante da língua do colonizador — escrever sobre uma realidade de opressões da qual percebo apenas os fragmentos?” (GALHERA; MASO, 2017, p. 1). Essa frase consegue introduzir, de forma bastante elucidativa, como se dá grande parte da trajetória acadêmica de mulheres que trazem a necessidade da perspectiva de gênero nas relações internacionais, sem esquecer das nuances de estar localizadas em um dos gigantes do sul global⁸.

Ainda se observa uma grande dificuldade no meio acadêmico em se tratando de produções brasileiras que consigam conquistar relevância internacional. Em entrevista para a Revista Monções de Relações Internacionais da UFGD, no ano de 2017, a pesquisadora Ann Tickner — referência nos estudos de relações internacionais — quando perguntada sobre a tendência das RIs se manterem como uma área fechada, afirma que “é difícil generalizar a respeito de um campo que varia muito de acordo com a localização geográfica”. Nesse sentido, é possível observar a existência de uma barreira ainda bastante grande entre a tentativa crítica do feminismo de trazer à luz outras perspectivas nas relações internacionais, e do *mainstream* acadêmico e político que impede a observância dessas outras necessidades.

É exatamente a grande diversidade de culturas no Brasil que compõem um cenário de estudo muito diverso, com mulheres com incontáveis trajetórias únicas que buscam responder questões bastante pertinentes ao mundo contemporâneo. Assim, existem mulheres — brasileiras — cujo foco é estudar o feminismo islâmico, suas nuances e o quão distante ainda é de outros estudos feministas, atentando-se ao que está sendo discutido pelas mulheres muçulmanas ao pensar em um contexto histórico,

⁸ O conceito de Sul Global ganhou relevância no período pós-Guerra Fria, entendendo que não existia mais uma divisão entre leste e oeste, mas sim uma divisão entre os países do norte que seriam mais desenvolvidos economicamente, assim como industrializados; e os países do sul, que estariam em processo de desenvolvimento, de industrialização tardia e muitos ex-colônias. Mesmo que se possa basear na separação dos hemisférios para visualizar essa divisão, alguns países do hemisfério norte geográfico fazem parte do Sul Global, assim como outros do hemisfério sul são parte do Norte Global.

cultural, político e social específico (SILVA *et al*, 2017). Também existem aqueles que focam no feminismo decolonial e na teoria queer, dando ênfase não só à descontinuação de formas coloniais de dominação, como também uma forma de questionar as identidades de gênero, dentre as diversas variantes do que se entende por sexualidade, a dicotomia do feminino e masculino, dentro outros aspectos (DIAS; ARCÂNGELO, 2017).

Nesse sentido, se observa uma grande força de argumentos e discursos baseados nos aspectos decoloniais do feminismo, assim, pensando no pensamento de María Lugones e em diversas outras mulheres que desenvolveram pensamentos feministas decoloniais para a realidade brasileira, é possível observar alguns pontos recorrentes. A mulher brasileira, ao estudar relações internacionais, sofre preconceito por estar em um país periférico — resultados diretos da colonização, assim como, se esta mulher for negra, pobre, ou de qualquer outro aspecto de vulnerabilidade, se coloca ainda mais dificuldades para esta ser ouvida e consiga mostrar outras vozes extremamente relevantes dos estudos das RIs.

Esse conceito de colonialidade é especificamente importante para o entendimento da mulher brasileira, que engloba suas diversas raízes, e que possui vivências completamente distintas daquelas do norte global; essa representatividade é necessária, dentre outros fatores, para que qualquer estudo antropológico e socioeconômico, ao incluí-las, seja mais completo e preciso. Ao se pensar em organizações internacionais, como o Banco Mundial, é possível observar uma inserção das pautas feministas mundiais, assim como as do chamado “terceiro mundo” de forma bastante tardia (RIBEIRO, 2013). Essas faltas contribuíram para a dificuldade da inserção da mulher brasileira no sistema internacional, não da forma inferiorizada tanto na vida social quanto trabalhista onde já se encontrava, mas sim no momento de chamar atenção para problemas universais que estavam representados nessa realidade, ignorando, de certa forma, travas e amarras para a sociedade internacional na totalidade, as quais poderiam ter sido removidas com maior antecedência, caso tivesse sido dada a real importância que apontam as feministas desde o início do movimento.

Também se utiliza da análise de recomendações de organizações internacionais para o Estado brasileiro para desenvolver uma análise feminista das relações internacionais, assim como da política interna, do país — principalmente em se tratando da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (SANTOS; PEREIRA, 2017). Essas análises auxiliam na observância da situação do Brasil com relação ao cumprimento de acordos internacionais, assim como do foco que o próprio sistema do *mainstream* dá para os estudos feministas. De forma muito relevante, é possível observar apontamentos de acadêmicas feministas brasileiras que conseguem nos demonstrar que a inclusão das questões políticas de gênero são bastante imprecisas e influenciadas (DONATO, 2017). Assim, o mesmo se observa em produções acadêmicas com a inserção do gênero como categoria de análise, principalmente em se tratando de uma região periférica do sistema internacional.

Outros estudos que abrangem a participação da mulher na carreira diplomática brasileira, mais especificamente a falta de neutralidade de gênero neste ambiente (COCKLES; STEINER, 2017), assim como aqueles que discutem questões de atores difusos como as FARC (XAMAN *et al*, 2017), trazem a discussão feminista das relações internacionais para uma forma quase tangível de análise. Questionam, assim, as bases dos estudos de segurança, da paz, da estratégia, da economia, de política externa, dentre diversas outras narrativas das relações internacionais que

falham ou inserir o gênero como categoria de análise, e se mantém, muitas vezes, com afirmações universalistas tratando o papel da mulher nestas questões como secundários, incitando a irrelevância.

Ao mesmo tempo em que existem óticas tão diversas ao redor do globo, para os estudos feministas, também é possível entender que existem algumas premissas básicas que unem todas essas mulheres que se preocupam com essa temática, sendo elas a mudança do *status quo*⁹ no qual as mulheres são sistematicamente excluídas de diversas esferas acadêmicas, sociais, políticas e econômicas (VENTURA; KRITSCH, 2017). De qualquer forma, o feminismo tende a continuar tendo uma dificuldade em dialogar com outras áreas das relações internacionais, exatamente por trazer a perspectiva de que não existem análises totalmente imparciais, não se consegue reduzir relações humanas à cálculos e métricas passíveis de testagem e é necessário utilizar o gênero como uma categoria de análise, não apenas uma mera variante de comportamentos homogêneos.

É importante, para o crescimento da matéria das relações internacionais, que outros aspectos além dos acadêmicos sejam tomados por consideração. Assim, ao analisar o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, se observa que, ao ocuparem apenas 23% do corpo diplomático do país, as mulheres brasileiras são inferiorizadas de diversas formas no contexto das relações internacionais, não apenas no silenciamento e apagamento acadêmico. A masculinidade hegemônica se mostra novamente, a enxergamos quando as análises desses espaços nos mostram que mulheres não se inserem por não terem os comportamentos requisitados — comportamentos “masculinos” — ou pela falsa noção de que mulheres não possuiriam o interesse, ou até mesmo a aptidão, para exercer tal profissão (BRANDÃO *et al.* 2017).

A perspectiva feminista brasileira não só está inserida nesse contexto, como também está imersa na história de escravidão, de colonização, imperialismo e violência contra a mulher que pauta a existência da mulher brasileira. Assim, aquela parcela da população brasileira que está ainda mais marginalizada, os povos nativos que ainda perduram na contemporaneidade, são excluídos por fazerem parte de um contexto não-europeu, e formam uma narrativa complexa capaz de trazer novas formas de análise para o espaço das RIs (LAVINAS *et al.* 2017). Parte do esforço da teoria feminista das relações internacionais, no contexto brasileiro, é assegurar a necessidade da inserção das métricas desses grupos de mulheres para se obter estudos mais aprofundados e completos.

Nesse sentido, é possível observar que no mesmo momento em que as acadêmicas brasileiras que pautam seus estudos de relações internacionais no feminismo possuem um viés próprio, podendo ser considerado intrínseco desta realidade particular, também existem diversas análises e interpretações que derivam diretamente das teorias clássicas, primordiais do início do estudo feminista dessa área, provenientes do norte global. As mulheres não necessitam ficar presas à assuntos feministas das relações internacionais, ou seja, o pressuposto feminista é exatamente a possibilidade da liberdade de escolha e inserção da mulher nos mais diversos contextos, conforme os seus interesses.

É possível encontrar estudos de mulheres brasileiras, nas relações internacionais, que se destacam nas áreas de política externa brasileira, organizações internacionais, segurança, integração regional, estudos estratégicos, dentre diversas

⁹ Status quo deriva da frase “status quo ante bellum”, que, em tradução livre do latim, significa “o status quo antes da guerra”. Significa que a política do *status quo* objetiva manter a distribuição de poder já existente em algum momento particular da história (MORGENTHAU, 1948). (tradução livre)

outras áreas sem necessariamente dar ênfase ao feminino e à inserção do gênero como categoria de análise. Essas mulheres, entretanto, estão inseridas no escopo feminista, a medida que continuam encontrando impasses para o reconhecimento de suas pesquisas exatamente pelo seu gênero, e duplamente por serem produções do sul global.

Parte dessa dificuldade se dá pela entrada tardia das relações internacionais como tópico de estudo no Brasil. Se constata que as primeiras produções literárias sobre estudos de política externa, então, eram relatos históricos feitos por diplomatas brasileiros em meados dos anos 1980 e 1990 (HERZ, 2002) — e vale lembrar que este foi apenas o início da inserção das mulheres no Itamaraty. Assim, a medida que esses estudos já se organizavam desde meados dos anos 1940 em países como os Estados Unidos, a Austrália e a Grã-Bretanha, essas análises apenas começaram a partir para um viés acadêmico, para sair do MRE, em meados dos anos 1990 no Brasil, com a fundação de mais cursos de relações internacionais no Brasil, além daquele já existente na Universidade de Brasília desde 1974 (HERZ, 2002).

Por fim, é possível perceber que existe um esforço bastante grande da inserção dos estudos brasileiros de relações internacionais como relevantes no meio político e acadêmico internacional, principalmente tendo em vista a conferência de maior relevância para aqueles estudos que possuíam um enfoque principal nas relações do norte global. A academia brasileira feminista das relações internacionais, por sua vez, possui uma luta duplamente difícil, a de inserir a perspectiva de gênero nessas análises, indo contra os preconceitos contra as mulheres dentro das relações internacionais, assim como tentam as feministas de diversas partes do globo. Possuem, além disso, a dificuldade de estarem inseridas em um contexto socioeconômico, e principalmente geográfico, brasileiro, com um idioma, uma cultura e uma política que ainda lutam para conquistar uma maior relevância no sistema internacional.

5 CONCLUSÕES

Foram analisadas, na primeira sessão deste trabalho, as origens das teorias feministas internacionais, as quais possuíam um foco em uma perspectiva macro da matéria. Foram instruídos conceitos desses estudos, os quais pretendiam auxiliar na melhor compreensão das discussões que foram abordadas ao longo da próxima sessão. Logo, no segundo espaço de desenvolvimento deste artigo, foram descritas as formas com as quais as teorias feministas internacionais se adaptaram, e continuam se adaptando, para a lógica brasileira. Por fim, foi possível compreender a realidade diferenciada na qual estão inseridas as pesquisadoras do Brasil.

As teorias feministas das relações internacionais possuem uma longa jornada, desde quando as questões de diferenciação de gênero no meio acadêmico começaram a ser levantadas, uma verdadeira batalha por reconhecimento acadêmico e social, tanto doméstica quanto internacionalmente. Ao analisar esses processos, é importante sempre ter em mente que cada mulher no planeta possui uma vivência diferente, contudo, é possível unir algumas dessas experiências por afinidade cultural, assim, observa-se a criação de algumas correntes teóricas mais específicas de cada região do mundo.

Acadêmicas feministas brasileiras de relações internacionais se encontram, muitas vezes, tentando criar um local de fala e provar, com estatísticas, entrevistas e outras formas de estudo, que existem barreiras para a sua inserção no sistema internacional como um todo. Nos encontramos, então, muitas vezes presas nessas

mesmas barreiras, nadando de acordo com a mesma maré que tentamos modificar. É necessário reconhecer o grande esforço dessas mulheres, elas trazem diversas novas maneiras de erradicar o abismo de gênero que ainda existe nas relações internacionais, além disso, o fazem enquanto tentam trazer a perspectiva de um país periférico com um histórico de enormes dificuldades de inserção no sistema.

As produções acadêmicas, no meio das relações internacionais, as quais são elaboradas por mulheres, não são em sua maioria pautas feministas diretas, mas o fato de mulheres brasileiras estarem conseguindo trazer à público sua voz e sua contribuição para esta matéria, já uma das vitórias do feminismo. Além disso, existem aquelas que se preocupam diretamente com as pautas feministas, criando novas formas e abordagens de estudo que utilizem o gênero como categoria de análise em todas as outras áreas que compõem as relações internacionais, abordando economia, diplomacia, paz, estratégia, segurança, dentre outros.

Algumas discussões têm tomado forma para entender como podem se dar as respostas do movimento feminista internacional, e da teoria feminista das relações internacionais, entendendo a sociedade contemporânea. A perspectiva do pós-feminismo, conceito que têm crescido em relevância principalmente com a influência de Judith Butler, uma autora renomada sobre o tema, é algo que está em voga nos momentos atuais. É um conceito que aborda novas formas de entender identidade, gênero — uma corrente ainda bastante filosófica, mas que pode ser ampliada para outras matérias que também necessitam de discussões feministas atualizadas, como seria o caso das relações internacionais.

O pós-feminismo discute, de maneira geral, uma visão não necessariamente binária do que é entendido como gênero. Entende-se, nesse sentido, que a anatomia humana não é a forma ideal de se definir gênero e, a partir disso, os conceitos do que é “ser mulher” ou do que se encaixa no “feminino” são questões amparadas por maior fluidez, e as discussões feministas devem alcançar esse momento. Para Judith Butler, a separação binária do gênero está restringida apenas por um valor cultural, sendo assim, é possível inferir que seria prudente se desfazer dessas amarras para chegar a um estudo mais contundente das temáticas feministas. Por fim, é possível observar que esta temática possui um grande potencial de desenvolvimento nas relações internacionais. Logo, seria possível continuar a pesquisa deste artigo, dando ênfase às perspectivas do pós-feminismo e a suas aplicações na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN University. **Faculty profile:** Judith Tickner. 2022. Disponível em: <https://www.american.edu/sis/faculty/tickner.cfm> Acesso em: 09, Abr, 2022.

BARRETO, Francisco Sá. **A dor e a delícia de ser o que é:** a brasilidade e o caso do pertencimento como disciplina. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. 05, Jun, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12926> Acesso em: 05, Maio, 2022.

BRANDÃO, Luciano *et al.* As mulheres no Itamaraty: as reformas do ministério das relações exteriores à luz da teoria feminista. **Monções:** Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em: 16, Maio, 2022.

CENTER for Jewish Studies. **Hans Morgenthau collection**. 2009. Disponível em: <https://archives.cjh.org//repositories/5/resources/13120> Acesso em: 09, Abr, 2022.

CLARK University. **Faculty biography**: Cynthia Enloe. 2022. Disponível em: <https://www2.clarku.edu/faculty/facultybio.cfm?id=343> Acesso em: 09, Abr, 2022.

COCKLES, Mariana; STEINER, Andrea Q. As mulheres na carreira diplomática brasileira: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em: 16, Maio, 2022.

DIAS, Júlia M.; ARCÂNGELO, Élton M. Feminismo decolonial e teoria queer: limites e possibilidade de diálogo nas relações internacionais. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em: 16, Maio, 2022.

DONATO, Manuela Riane A. Mensurando empoderamento: uma análise dos índices de desigualdade de gênero propostos pelo programa das nações unidas de desenvolvimento. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em: 16, Maio, 2022.

DORNELES, Bruna Vieira. A América Latina é feminina: literatura, história e feminismo no século XIX. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM LETRAS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO. 14.; 5., Cascavel, 2020. **Anais [...]**. Cascavel. Disponível em: <https://www.seminariolhm.com.br/site/simposios/07/32634.pdf> Acesso em: 03, Dez. 2021.

EHRENREICH, Barbara. **What is socialist feminism?**. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265195529_What_Is_Socialist_Feminism Acesso em: 29, Abr, 2022.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. University of California Press. Londres. 2000.

HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional** [online], v. 24, n. 1, p. 7-40, Jun. 2002. Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/dTq3jbQQtT7DgRDjx65Pwgt/?lang=pt> Acesso em: 21, Maio, 2022.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon and Schuster. 1994. ISBN 0-671-65991-X.

LAVINAS, Manuela *et al.* Visões indígenas desafiando o global: mulheres kichwa pluralizando a soberania. **Monções**: **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em: 16, Maio, 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**. v. 9, n. 41, p. 73-101 23, Jun, 2008. Colômbia. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero09/colonialidad-y-genero/> Acesso em: 29, Abr, 2022.

MCCANN, Hannah *et al.* **O livro do feminismo**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 1948. Nova Iorque.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Para além da polarização racionalismo-reflexivismo nas relações internacionais a tipologia metodológica de Patrick Jackson e o pluralismo metodológico em debate. **Relações Internacionais**, v. 1, n. 42, p. 117-135, Jun., 2014. Disponível em: <http://www.ipri.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/43-relacoes-internacionais-n-42> Acesso em: 25, Abril, 2022.

PICCHIONI, Marta S. Y. Modernidade líquida. **Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa: Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.2. n.3, set., p. 188-185, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11478> Acesso em: 16, Jun, 2022.

RIBEIRO, Dillyane. Gênero e desenvolvimento na perspectiva do banco mundial. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10 - DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS*. 10, Florianópolis, 2013. **Anais [...]** Florianópolis. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares> Acesso em: 06, Jun. 2022.

RUIZ, Tricia. **Feminist theory and international relations: The Feminist Challenge to Realism and Liberalism**. California State University Stanislaus Library. 2004.

SANTOS, Claudia; PEREIRA, Alexsandro E. Direitos humanos das mulheres: uma análise sobre as recomendações do comitê cedaw/onu ao estado brasileiro. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6. n.11, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em: 16, Maio, 2022.

SARFATI, Gilberto. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva. 2011. ISBN 978-85-02-05115-6.

SILVA, Ana Paula M.; LINHARES, Monique M.; MELO, Rachel E. L. L. Por Uma Virada Pós-Secular: O Feminismo Islâmico E Os Desafios Aos Feminismos (seculares) Em Relações Internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6. n.11, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> Acesso em: 16, Maio, 2022.

SYLVESTER, Christine. **Feminist international relations: an unfinished journey**. Cambridge Studies In International Relations. Cambridge University Press. Reino Unido. 2004. ISBN 0-521-79177-4.

TICKNER, Ann. **You just don't understand**. Blackwell Publishers. *International Studies Quarterly*. 1997.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Sage Publications, Inc. **Sociology**, v. 23. Maio, 1989.

WATSON Institute. **J. Ann Tickner**. 2009. Arquivado. Disponível em: https://web.archive.org/web/20090416093748/http://www.watsoninstitute.org/contacts_detail.cfm?id=559 Acesso em: 09, Abr, 2022.

WAYLEN, Georgina. You still don't understand: why troubled engagements continue between feminists and (critical) IPE. **Review of International Studies**, v. 1, n. 32, p. 145-164, Jun. 2002. 2006. Disponível em: <https://eprints.whiterose.ac.uk/1590/> Acesso em: 31, Maio, 2022.